

## Tecido empresarial não está receptivo à inserção de quadros superiores

Ciência e Tecnologia não cativa jovens

Seis em cada mil portugueses, entre os 20 e os 29 anos, possuem uma licenciatura em Ciências e Tecnologias. Em 2001 apenas 5% do total de licenciados se formou nesta área. Percentagem que contrasta com os 11% da média da União Europeia e é inferior à de países candidatos como a República Checa (11%), Estónia, (6%), Eslováquia (8%) e Turquia (9%). Esta conclusão consta de um relatório do Eurostat, gabinete de estatísticas europeu, divulgado em meados de Janeiro. E surge na mesma altura em o Governo anuncia a atribuição de uma verba de mil milhões de euros à investigação científica em Portugal.

Uma das razões para estes números poderá estar na escassez de saídas profissionais para quem pretende fazer carreira na área da investigação, sejam licenciados ou doutorados. Para Fernando Ramoa Ribeiro, presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), a falta de colocação de quadros superiores no tecido empresarial, é preocupante e fruto de uma mentalidade que é preciso mudar?. Através do programa Inserção de Mestres e Doutores no Sistema Empresarial, a FCT tem tentado fazer a ponte entre os investigadores e as empresas. No entanto, por falta de receptividade? do lado empresarial, o programa não tem tido muito sucesso?, lamenta Ramoa Ribeiro.

### Alternativas profissionais

No que toca às saídas profissionais dos jovens investigadores, Fernando Ramoa Ribeiro, acredita que o sistema científico nacional deverá integrar uma parte? desses recursos humanos. Há laboratórios [de ciência médica] do Estado em que a própria situação é preocupante e a idade média dos seus recursos humanos é muito elevada porque não têm admitido nos seus quadros novos doutores?, admite.

Uma outra porta de saída poderá, na opinião de Ramoa Ribeiro, ser aberta pela nova lei sobre o financiamento das universidades e dos politécnicos. A lei prevê que as instituições de ensino superior sejam financiadas pela excelência e também pela percentagem que têm de doutores. No caso dos politécnicos não tem havido a preocupação de inserir nos seus quadros novos doutores. Com esta lei, se estas instituições quiserem ser financiadas, vão ter de o fazer?, conclui Ramoa Ribeiro.

### A verba da polémica

O anúncio de Maria da Graça Carvalho, ministra da Ciência e do Ensino Superior, da atribuição de uma verba de mil milhões de euros à investigação científica é para Ramoa Ribeiro um sinal de que esta será uma área prioritária para o governo. Em contraste, os partidos da oposição, têm afirmado que se está apenas a anunciar o que já estava previsto e negociado, desde o tempo do ex-ministro da Ciência, Mariano Gago. Tal verba foi negociada, no quadro do PRODEP, para ser aplicada entre 2002 e 2006, pelo que, o agora anunciado para 2004-2006, seria apenas a parte já prevista para esse período. Não se trata portanto, para a oposição, de nada de novo. Trata-se apenas de dar cumprimento ao já anteriormente negociado e orçamentado.

O que aconteceu é que havia um série de programas que tinham uma reserva [de verba] que foi toda canalizada para a ciência. Todos os ministros concordaram que essas verbas que estavam adstritas aos seus próprios ministérios pudessem ser canalizadas para a ciência e a inovação? defende Ramoa Ribeiro.

Polémicas à parte, o presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia corrobora a convicção de que é fundamental combater a ideia errada? de que em Portugal existem licenciados e doutorados a mais. É preciso motivar os jovens para a ciência e tecnologia?. Até porque se há uma área em que Portugal pode dizer que tem investigadores tão bons como no estrangeiro é a da ciência?, conclui.

### Taxa de desemprego mediante a qualificação (indivíduos entre os 15-39 anos) Países candidatos à UE e Portugal, Espanha e Grécia\*

País	Altamente Qualificados	Qualificação	Baixa
Portugal			
Espanha			
Grécia			

		Média	Qualificação
Bulgária	9.5	21.2	43
Chipre	3	4	6.9
República Checa	4.1	9	32.6
Estónia	8.6	15.2	23
Hungria	1.4	6.2	16.3
Letónia	+	14.3	23.4
Lituânia	10.7	22.4	32.4
Polónia	9.3	24	36.7
Roménia	5.5	9.8	10.3
República Eslovaca	8	23	60
Eslovénia	2.8	6.5	13.8
União Europeia	5.3	8	13.6
Grécia	11.2	17.1	14.5
Espanha	10.3	12.7	14.8
Portugal	+	4.9	5.3

Fonte: Eurostat, "Trinta Anos de Cooperação e Reformas Educacionais nos países membros e candidatos à União Europeia".

\*Nota: A inclusão de Portugal, Espanha e Grécia nesta análise à evolução educacional dos países candidatos à União Europeia deve-se ao facto de entre todos haver um passado comum de regimes ditatoriais que os torna comparáveis em muitos aspectos de desenvolvimento social e económico.

+ Não existem dados relativos a estes campos.